

PARECER DE CONFORMIDADE

PARECER Nº: 381/2024 CIGM/PMMR

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 9/2024-00027.

CONTRATADA: A R DO NASCIMENTO TORRES COMÉRCIO-ME EIRELI.

CNPJ: 10.256.243/0001-49.

FINALIDADE: ANALISAR E EMITIR PARECER SOBRE A ASSINATURA DE UM NOVO CONTRATO, COM BASE NO SALDO ATA Nº 20240395, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2024-00027.

CONTRATO: Nº 20240431.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE MÃE DO RIO-PA.

DOS FATOS:

Foi encaminhado a esta Controladoria Geral do Município o pedido de análise e parecer emitido pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, relacionado ao Contrato nº 20240431, oriundo da Ata de Registro de Preços nº 20240395 e do Processo Licitatório nº 9/2024-00027.

- O contrato, no valor total de **R\$ 63.301,60** (sessenta e três mil, trezentos e um reais e sessenta centavos), foi firmado com a empresa **A R DO NASCIMENTO TORRES COMÉRCIO-ME EIRELI, CNPJ 10.256.243/0001-49**. O instrumento contratual foi assinado com vigência inicial a partir de 21 de outubro de 2024, com término previsto para 31 de dezembro de 2024.

O referido contrato tem por objetivo garantir o fornecimento contínuo de peças necessárias à manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, assegurando a continuidade dos serviços públicos essenciais.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- Lei nº 14.133/21;
- Constituição Federal;

MANIFESTAÇÃO:

Após análise dos documentos apresentados e verificação de conformidade com os requisitos legais, esta Controladoria manifesta-se **FAVORÁVEL** ao prosseguimento do processo,

recomendando a celebração do Contrato nº 20240431. A contratação atende às exigências estabelecidas pela Lei nº 14.133/21 e suas alterações, estando em conformidade com os princípios da legalidade, economicidade e eficiência na gestão pública.

Recomenda-se, ainda, a devida fiscalização da execução contratual, para garantir o cumprimento integral das obrigações pela empresa contratada, com vistas à preservação do interesse público.

É o Parecer, s.m.j.

Mãe do Rio, 21 de outubro 2024.

Raphael Klain Salles
Controladora Geral do Município
Nº003/2024